

Um resumo das descobertas do Greenpeace sobre o acordo União Europeia – Mercosul

GREENPEACE

Um resumo das descobertas do Greenpeace sobre o acordo União Europeia – Mercosul

Março 2023

O Greenpeace é uma rede global independente de organizações de campanha que atua para mudar atitudes e comportamentos, para proteger e conservar o meio ambiente e para promover a paz.

Imprint

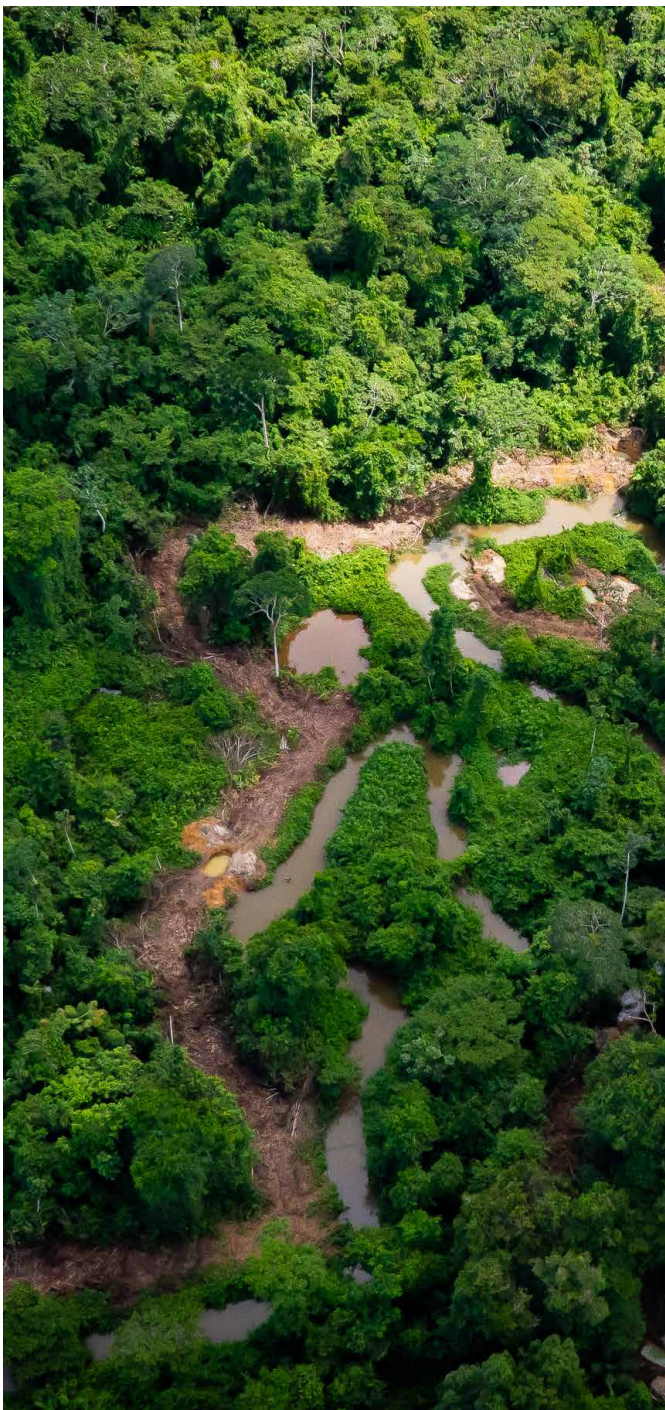
Greenpeace e.V., Hongkongstraße 10, 20457 Hamburg, Phone +49 40 3 06 18-0 **Press Office** Phone +49 40 3 06 18-340, F +49 40 3 06 18-340, presse@greenpeace.de, www.greenpeace.de **Berlin Political Office** Marienstraße 19–20, 10117 Berlin, Tel. 030/30 88 99-0 **V.i.S.d.P.** Lis Cunha **Authors** Thais Bannwart, Lis Cunha **Production** Birgit Matyssek **Photos** Titel/Composing: K.Rinne/Greenpeace (used Photos: M. Cruppe/Greenpeace; Ricardo Moraes/Reuters/pa; N. Lage/Greenpeace); Valentina Ricardo; Sebastian Pani/Greenpeace; Carlos Eduardo Fragoso/Greenpeace; Nilmar Lage/Greenpeace; Dennis Reher/Greenpeace (2); Todd Southgate/Greenpeace; Marizilda Cruppe/Greenpeace; Fernanda Ligabue/Greenpeace **Layout** Klasse 3b

Conteúdo

Um resumo das descobertas do Greenpeace sobre o acordo União Europeia – Mercosul	4
Acordo extrativista e neocolonial	5
Destruição da Amazônia e de outros ecossistemas	6
Agrotóxicos	10
Automóveis e a transição de mobilidade	11
Indústria	11
Mineração	12
Direitos humanos, direitos dos povos indígenas	12
Fraqueza dos padrões ambientais e sociais	14
Análise falha dos impactos do negócio na sustentabilidade	14
Opções para um acordo UE-Mercosul aceitável	15
Escrutínio democrático: a “divisão” da Comissão da UE explicada	15
Conclusão e demandas	16
Todas as publicações do Greenpeace sobre o acordo UE-Mercosul (Inglês/Português)	17

Um resumo das descobertas do Greenpeace sobre o acordo União Europeia – Mercosul

As construções de estradas no território Yanomami destroem a floresta para a extração ilegal de ouro. Em outras áreas, plantações agrícolas são responsáveis pela destruição da natureza.



Por mais de 20 anos, a União Europeia e os países do Mercosul lutaram para negociar um acordo comercial. Finalmente, enquanto o Brasil estava sob a liderança de Bolsonaro, um acordo político foi alcançado em julho de 2019. O acordo negociado é, em princípio, um instrumento neocolonial e extrativista, destinado a garantir as importações de commodities e matérias-primas da UE da América do Sul, enquanto aumenta as exportações da UE de produtos industriais e químicos.

O objetivo do acordo é aumentar o comércio de produtos agrícolas como carne e soja, produtos químicos como agrotóxicos, carros e peças de automóveis. O diabo não está apenas nos detalhes – todo o acordo foi criado para nos levar para trás na ação climática e na proteção da natureza, em benefício das indústrias automotiva e química europeia e do agronegócio sul-americano em grande escala.

O acordo planejado será devastador para o clima e as pessoas. A UE já importa grandes quantidades de carne bovina e soja para ração animal do Mercosul. A cada dia, gigantescas áreas de floresta tropical na Amazônia e regiões vizinhas dão lugar a pastagens para gado e cultivo de soja. O acordo de livre comércio aumentará as exportações e agravará ainda mais os problemas existentes. Se o tratado for ratificado em sua forma atual, a mensagem clara é: o lucro de poucos prevalece sobre tudo. Mudanças cosméticas como as que a Comissão Europeia está buscando devem ser rejeitadas como falsas soluções.

Este briefing resume estudos, investigações e análises legais existentes pelo Greenpeace com relação ao acordo UE-Mercosul.

Acordo extrativista e neocolonial

O acordo perpetua os interesses extrativistas da UE e consolida o papel do Mercosul como provedor de matérias-primas e commodities para a UE. Isso se reflete nas gamas extremamente díspares de mercadorias exportadas pelas duas regiões. Como pode ser visto neste [estudo conjunto do Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#) e nos gráficos abaixo, cerca de 84 por cento das exportações da UE para o Mercosul são produtos processados. Já as exportações do Mercosul para a UE são muito diferentes: cerca de três quartos delas são recursos agrícolas e minerais, sendo os produtos agrícolas a maior parte.

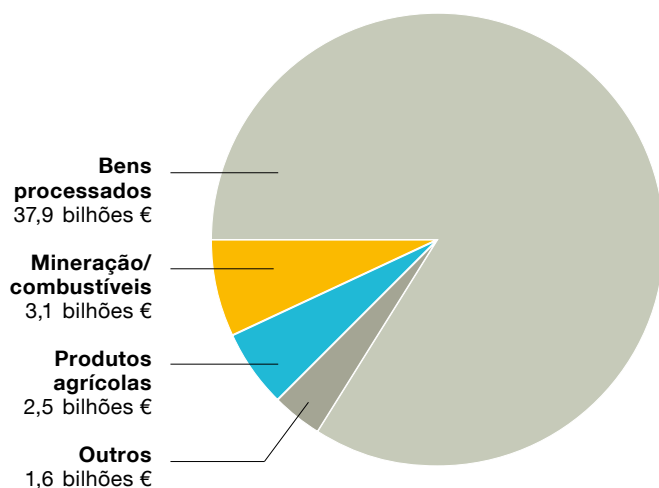


O acordo visa assegurar que a UE receba ainda mais carne bovina e matérias-primas minerais baratas do Mercosul em troca de exportações lucrativas de agrotóxicos, carros de combustão interna e peças de automóveis.

Os cortes tarifários previstos no acordo comercial aumentariam ainda mais os volumes das matérias-primas comercializadas e consolidariam a relação econômica assimétrica entre as duas regiões por muitas décadas. Conforme resumido [nesta análise do Greenpeace das avaliações de impacto da Comissão Europeia](#), há estudos de acadêmicos que apontam os riscos de aprofundar e consolidar essa assimetria: ao travar a economia do Mercosul na produção de matérias-primas e commodities com baixo valor agregado em vez de contribuir para um desenvolvimento baseado em uma economia mais diversificada e capaz de atender à demanda interna, o acordo UE-Mercosul aprofundará ainda mais a antiga divisão de trabalho entre o Norte e o Sul globais.

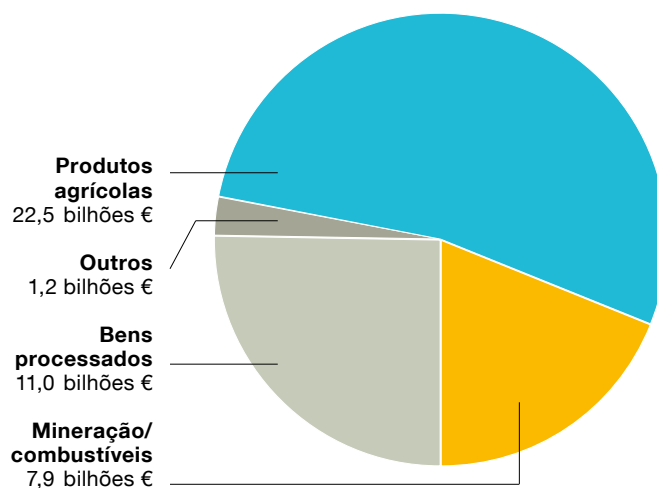
UE-28: Exportações para Mercosul 2018

Gráfico 1 → Fonte: Comissão Europeia 2019



UE-28: Importações para Mercosul 2018

Gráfico 2 → Fonte: Comissão Europeia 2019



Destruição da Amazônia e de outros ecossistemas

No acordo, a UE concederá ao Mercosul cotas preferenciais adicionais para carne, açúcar, arroz e bioetanol. A visão geral fornecida neste estudo conjunto do [Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#) e o gráfico abaixo mostram que as cotas de carne bovina e de frango aumentariam em 50% em comparação com as exportações existentes do Mercosul, enquanto as cotas de bioetanol aumentariam em mais de seis vezes. A cota de carne bovina de mais de 99.000 toneladas é particularmente problemática, uma vez que a floresta amazônica brasileira está sob pressão para destinação de pastagens.

A pecuária é o maior impulsionador do desmatamento na Amazônia, os dados de ocupação da terra na Amazônia mostram que quase 65% das áreas desmatadas viraram pasto para gado. A atividade responde por cerca de 50% de todas as emissões brasileiras de gases do efeito estufa. O desmatamento para pastagens de gado também está levando à destruição das florestas secas do Gran Chaco na Argentina e no Paraguai.

Uma [análise do Greenpeace](#) das avaliações de impacto dos acordos comerciais da Comissão Europeia conclui que os estudos minimizam consistentemente os impactos potenciais sobre o desmatamento. O acordo UE-Mercosul é um exemplo proeminente disso: enquanto uma comissão pluridisciplinar de especialistas nomeados pelo governo francês - que incluiu não apenas economistas, mas também juristas e especialistas em agronomia, veterinária e questões climáticas - alertou para um

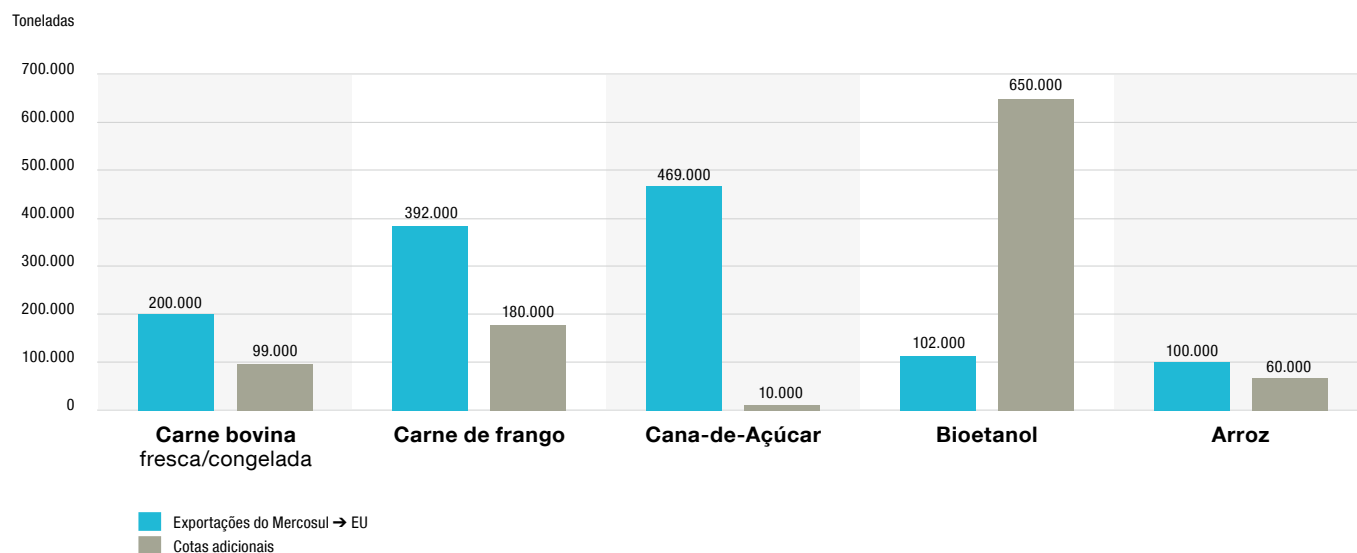
possível aumento anual no desmatamento de 5% a 25% na região do Mercosul em um período de seis anos após a entrada em vigor do acordo devido às cotas de carne bovina, a avaliação da Comissão Europeia, por outro lado, afirmava que o aumento da produção de gado não necessariamente levaria a mais desmatamento.

Além disso, o estudo conjunto do [Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#), explora como o acordo UE-Mercosul inclui cláusulas que aumentarão o desmatamento, por exemplo, reduzindo os impostos de exportação da Argentina sobre soja e biodiesel à base de soja e, portanto, incentivando a expansão do cultivo. A área reservada nos países do Mercosul para cultivo de soja destinada à exportação para a UE já soma cerca de 13 milhões de hectares. Como apenas 13% das importações de soja da UE são consideradas livres de desmatamento, a demanda europeia é um importante impulsionador do desmatamento, das emissões de gases de efeito estufa, bem como dos conflitos de direitos humanos e de terra na América do Sul.

Conforme analisado [neste estudo sobre o Acordo UE-Mercosul e a Indústria Automotiva](#), o acordo também impulsiona ainda mais a produção e o uso de biocombustíveis por meio de um adicional planejado de 200.000 toneladas de bioetanol com impostos atrativos, importações de biodiesel isentas de impostos, além da mencionada redução dos impostos de exportação da soja (óleo) da Argentina. A cota de bioetanol da UE no acordo UE-Mercosul favorece a expansão das plantações de cana-de-açúcar no Brasil, que é acompanhada de danos ambientais e conflitos fundiários. As enormes áreas de terra ocupadas para a produção de biocombustíveis reduzirão áreas disponíveis para o cultivo de alimentos.

Exportações do Mercosul para a UE (2018) e cotas adicionais

Gráfico 3 → Fonte: Comissão Europeia 2019/GRAIN 2019



A nova lei anti-desmatamento da UE garantirá que certas commodities e produtos só serão colocados no mercado da UE se forem “livres de desmatamento” e se forem produzidos em conformidade com as leis aplicáveis no país de produção. Esta nova legislação contribuirá para minimizar o impacto do consumo da UE nas florestas de todo o mundo.

No entanto, existem impactos ambientais do comércio de commodities e produtos derivados que a lei, conforme acordado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em dezembro de 2022, não abordará e será agravado pelo acordo comercial UE-Mercosul.

1

Em primeiro lugar, a lei de desmatamento da UE em sua forma atual não se aplicará a commodities como milho, cana-de-açúcar, arroz, aves e produtos derivados como o bioetanol (obtido principalmente da cana-de-açúcar e do milho); Com base em uma cláusula de revisão, é possível que commodities adicionais (incluindo milho) e produtos (incluindo biocombustíveis) sejam incluídos no escopo da regulamentação em um futuro próximo. Conforme a lei está, no entanto, e até que seja revista, essas commodities e produtos continuarão a ser colocados no mercado da UE sem estarem sujeitos ao padrão “livre de desmatamento”.

2

Em segundo lugar, embora a nova lei anti-desmatamento da UE aborde o impacto da soja e da carne bovina colocadas no mercado da UE nas florestas do Mercosul, ela não protege “outras terras arborizadas” ou ecossistemas naturais com alto estoque de carbono ou alto valor de biodiversidade, além das florestas. A cláusula de revisão na lei de desmatamento da UE obriga as instituições da UE a examinar, respectivamente dentro de um e dois anos, se a lei deve ser alterada para proteger “outras terras arborizadas” e outros ecossistemas naturais. No entanto, até a conclusão da revisão, outros ecossistemas importantes, como o Cerrado e o Pantanal, não serão protegidos pela lei e o acordo UE-Mercosul terá, portanto, uma pegada prejudicial nesses ecossistemas, que são cruciais para a mitigação das mudanças climáticas e biodiversidade.

3

Em terceiro lugar, embora a legislação se aplique à carne bovina e aos produtos derivados (incluindo couro), os operadores e comerciantes que colocam essas commodities e produtos no mercado da UE não serão obrigados a avaliar a sustentabilidade dos alimentos para animais usados em seu processo de produção. Isso significa que a soja usada para alimentar o gado nos países do Mercosul ainda corre o risco de vir de terras desmatadas ou de ecossistemas convertidos.

A reação do Greenpeace à lei de desmatamento da UE pode ser encontrada [aqui](#).



Na Argentina, florestas inteiras são sacrificadas pela produção de carne. Um relatório do Greenpeace mostra que, nos últimos 25 anos, a empresa de carne argentina Inversora Juramento destruiu cerca de 50.000 hectares de floresta na província de Salta.



Acima: As fazendas de gado destroem o habitat das últimas 20 onças-pintadas do Gran Chaco da Argentina – o segundo maior ecossistema florestal da América do Sul depois da Amazônia.

Abaixo: A Amazônia em chamas: Fotos de sobrevôo de Porto Velho, no estado de Rondônia. Em 2022, mais de 8.000 hectares de floresta foram queimados.

Agrotóxicos

O acordo levará a um aumento adicional no consumo de toxinas agrícolas, reduzindo o custo das exportações de agrotóxicos da UE para o Mercosul, conforme explicado neste estudo conjunto do [Greenpeace](#), [CIDSE](#), [Misereor](#) e [FASE](#). Embora os agrotóxicos estejam atualmente sujeitos a tarifas alfandegárias de até 14%, o acordo comercial planeja suspender as tarifas alfandegárias de mais de 90% das exportações de produtos químicos da UE, incluindo pesticidas. Numerosos agrotóxicos altamente tóxicos, que não são aprovados para uso na UE, são usados na agricultura nos países do Mercosul. Eles representam um risco significativo para a saúde, principalmente para as pessoas que os aplicam e trabalham no campo, bem como para as comunidades rurais. Aldeias e assentamentos nas bordas de plantações e campos muitas vezes sofrem com a deriva de agrotóxicos que são pulverizados sobre os campos por aeronaves.

Como atualmente não há proibição em toda a UE de fabricar e exportar agrotóxicos que não sejam aprovados na UE, as empresas europeias podem continuar a fabricar substâncias ativas de agrotóxicos para exportação consideradas muito perigosas ou tóxicas para uso na própria UE. Como mostra este [Relatório do Greenpeace sobre Padrões Duplos em Agrotóxicos](#): a empresa alemã BASF possui 98 produtos no Brasil com um total de 28 substâncias ativas diferentes. Entre essas substâncias, 19 são consideradas altamente perigosas, sendo que 17 delas não são aprovadas na UE. A BAYER Crop Science possui 71 produtos no Brasil contendo um total de 27 substâncias ativas diferentes. Entre essas substâncias, 22 estão listados como altamente perigosos, com 17 deles não aprovados na UE.

No final, esses padrões duplos criam um ciclo tóxico. [Pesquisa do Greenpeace sobre agrotóxicos da Alemanha em frutas brasileiras](#) mostrou que produtos contaminados vão parar nos supermercados da Alemanha. Das 70 frutas brasileiras testadas em supermercados da Alemanha, 59 continham resíduos de agrotóxicos. Foi encontrado um total de 35 substâncias ativas diferentes, a maioria das quais pertence à categoria de agrotóxicos altamente perigosos. Onze das substâncias ativas identificadas não são autorizadas na UE. Algumas substâncias ativas são altamente tóxicas para as abelhas ou mesmo consideradas cancerígenas. Portanto, no final, o acordo UE-Mercosul terá consequências devastadoras para a população, o meio ambiente e a biodiversidade não apenas nos países do Mercosul onde os pesticidas são aplicados, mas também para os consumidores na Europa que compram os produtos agrícolas com resíduos de pesticidas.



Os controles alimentares mostram: em frutas do Brasil, são encontrados resíduos de agrotóxicos.



Imagem simbólica: Os resíduos de agrotóxicos não são visíveis para os consumidores.

Automóveis e a transição de mobilidade

O estudo [“A transição da mobilidade desacelerou: o acordo UE-Mercosul e a indústria automobilística”](#) expõe as concessões que a Comissão Europeia fez ao lobby automotivo nas negociações para aumentar os lucros da indústria automobilística europeia. Não apenas a indústria automotiva e suas associações se envolveram em lobby intensivo, uma investigação de e-mails e documentos anteriormente secretos também mostra que os funcionários da Comissão Europeia e do Ministério da Economia da Alemanha trabalharam em estreita colaboração com a indústria automobilística neste acordo comercial: eles pediram ativamente os desejos dos fabricantes de automóveis e os alimentaram nas negociações com o Mercosul.

O acordo exige que o Mercosul elimine completamente as tarifas de carros 15 anos após a entrada em vigor do acordo. Atualmente, Brasil e Argentina impõem tarifas de 35% sobre carros, Uruguai 23% e Paraguai 20%. A eliminação gradual das tarifas deve começar após um período de transição de sete anos após a entrada em vigor, mas nesse período o Mercosul já está concedendo uma cota de 50 mil carros de passeio que podem ser importados pela metade da tarifa. Além disso, o acordo levará à eliminação de mais de 80% das tarifas sobre autopeças.

A Comissão Europeia também negociou muito mais vantagens para a indústria automobilística europeia para além das reduções tarifárias para automóveis e autopeças, como reduções tarifárias para o fornecimento de matérias-primas à indústria automóvel, condições mais favoráveis para o comércio de biocombustíveis à base de soja ou cana-de-açúcar, bem como a redução das tarifas comerciais do couro bovino para bancos de automóveis. Além disso, os países do Mercosul concordam em aceitar o registro de automóveis com base em testes e certificados fracos da UE que, no passado, não apenas tornaram mais fácil para as montadoras manipular as emissões de escapamento, mas também permitem que até hoje maquiem matematicamente seus balanços de emissões.

O estudo mostra como, a longo prazo, o acordo UE-Mercosul garantiria um lucrativo mercado de vendas de motores de combustão prejudiciais ao clima para fabricantes de automóveis e, assim, impediria uma mudança gradual do transporte privado movido a combustíveis fósseis. Como resultado, a indústria automobilística europeia pode continuar obtendo enormes lucros com seus modelos de carros movidos a combustíveis fósseis no Mercosul às custas do clima, ao mesmo tempo em que proclama generosamente o fim dos motores de combustão na UE. O acordo, portanto, enfraquece os esforços para reduzir as emissões da frota global de automóveis como um todo, impede uma verdadeira transição para a mobilidade e promove falsas soluções como o uso de agrocombustíveis.

Indústria

Este é um acordo comercial criado apenas para beneficiar as maiores corporações, que estão ligadas a 80% do comércio global. Como explica este [Caça-mitos do Greenpeace](#), apenas as grandes corporações tendem a aproveitar os benefícios que os acordos comerciais podem trazer para as empresas, pois é difícil para as empresas menores fazê-lo. É por isso que as pequenas e médias empresas (PME) na UE geralmente preferem simplesmente exportar sob as regras da OMC ou não exportar para fora da UE. Nesse sentido, esse acordo pode até funcionar como uma barreira ao sucesso das PMEs, pois torna ainda mais desigual o campo de jogo já desigual com as grandes corporações. O capítulo sobre PMEs neste acordo tem apenas quatro páginas, e nenhuma sanção pode ser aplicada em caso de violação das disposições deste capítulo. Claramente as PME não são uma prioridade para quem negociou este acordo.

Além disso, como mostra o [Caça-mitos](#), até mesmo a própria avaliação de impacto da Comissão Europeia admite que é improvável que este acordo adicione um número significativo de empregos. O número de setores com previsão de perda de empregos certamente derruba o mito da criação de empregos, e os poucos números que mostram aumentos de empregos são insignificantes na melhor das hipóteses. Por exemplo, mesmo olhando para as projeções de melhor cenário da Comissão, eles esperam que o emprego no setor europeu de veículos automotores e equipamentos de transporte aumente apenas 0,5% por causa deste acordo.

Para a indústria e empregos do Mercosul, há sérias preocupações de que o acordo tenha efeitos negativos. Como mostra este [estudo sobre o Acordo UE-Mercosul e a Indústria Automotiva](#), a rápida redução tarifária de automóveis e autopeças, bem como das regras de origem, aumentará a pressão competitiva, especialmente sobre a indústria automotiva do Mercosul. O estudo explica que o acordo foi criticado pelas centrais sindicais do Mercosul, que acreditam que o alcance da redução tarifária é muito grande e o ritmo muito rápido para a indústria local se adaptar ao aumento da concorrência. A intensificação da concorrência põe em risco empregos e aumenta a precariedade das relações de trabalho no Mercosul e, portanto, a assinatura do acordo seria “uma sentença de morte para nossas indústrias”, disseram os sindicatos. Conforme explorado no estudo, acadêmicos argentinos estimaram que um total de até 186.000 empregos poderiam ser perdidos somente na Argentina como resultado da abertura do mercado devido ao acordo UE-Mercosul, a maioria deles na indústria automobilística e metalúrgica.

Mineração

Os países do Mercosul são importantes fornecedores de recursos minerais e energéticos para a UE. Por exemplo, 57% das importações de caulim da UE e 48% das importações de minério de ferro vêm do Brasil. Para manter um fornecimento barato de matérias-primas para a indústria da UE, o Acordo UE-Mercosul estipula uma proibição geral de todos os impostos e taxas sobre as exportações, conforme descrito neste estudo conjunto do [Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#).

Os países do Mercosul já utilizaram tais medidas no passado, por serem um importante meio de geração de receita governamental. A Argentina, por exemplo, restringiu as exportações de cobalto, lítio, cobre e minério de ferro, e o Brasil restringiu as exportações de magnésio, entre outros minerais. Sob o acordo UE-Mercosul, as restrições não serão mais permitidas, a fim de garantir e baratear o fornecimento de matérias-primas para a indústria europeia.

Ao mesmo tempo, as importações minerais europeias, especialmente de minério de ferro, estão associadas a algumas das mais graves violações dos direitos humanos ao longo das cadeias de abastecimento das empresas europeias. No entanto, o acordo UE-Mercosul não contém nenhuma regra obrigatória sobre responsabilidade corporativa.

Direitos humanos, direitos dos povos indígenas

O Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável do acordo nem sequer inclui uma seção sobre direitos humanos. Isso é problemático, explica este [Parecer Jurídico do Prof Hoffmann e do Prof Dr. Krajewski encomendado pelo Greenpeace e CIDSE](#), porque sem compromissos vinculativos sobre trabalho, meio ambiente e direitos humanos, os acordos comerciais carecem de um equilíbrio entre objetivos e princípios econômicos e não econômicos.

Como pode ser visto nesta sessão de perguntas e respostas legais do [Greenpeace sobre o ALC](#), em vez de aumentar a proteção para os povos indígenas e comunidades locais, as disposições do acordo mudam a redação “consentimento livre, prévio e informado” ([reconhecido pela ONU](#) como uma garantia essencial de direitos dos Povos Indígenas sobre a terra em que vivem) ao “consentimento prévio informado”. O fato de eles nem mesmo usarem a norma de direitos humanos estabelecida nesta disposição é uma indicação de que os direitos dos povos indígenas não eram uma prioridade no acordo comercial.

Embora proteger os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e seus meios de subsistência deva ser uma prioridade para a proteção e restauração das florestas e ecossistemas mundiais, este [Caça-mitos do Greenpeace](#) mostra: o FTA UE-Mercosul está longe de ser o instrumento apropriado para alcançar isso. A Comissão Europeia não fez nenhum esforço para garantir que esses grupos fossem consultados sobre o conteúdo do acordo.

E, de fato, o acordo poderá impactar negativamente as comunidades indígenas dos países do Mercosul, por exemplo, pela expansão do cultivo de cana-de-açúcar para bioetanol, da qual os povos indígenas do Brasil já são vítimas. Entre eles estão os Guarani-Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, cujos territórios tradicionais são cada vez mais vítimas do cultivo da cana-de-açúcar e de outras plantações, como mostra nosso estudo conjunto do [Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#).



Acima: O maior desastre ambiental do Brasil: Em 2015, as barragens da mina de minério de ferro no distrito de Mariana romperam. O lodo tóxico enterrou 19 pessoas e vários vilarejos. Até hoje, as vítimas estão lutando por seus direitos.

Abaixo à esquerda: Os Guarani-Kaiowá estão lutando para preservar suas terras no Cerrado no sul do Mato Grosso. Uma região no Brasil onde o agronegócio continua a deslocar os povos indígenas.

Abaixo à direita: Brasil 2019: Outro desastre de barragem em uma mina de minério de ferro. Um carro é varrido pela lama tóxica e aterra no rio Paraopeba.

Fraqueza dos padrões ambientais e sociais

O acordo formula obrigações e compromissos que se referem a acordos ambientais e trabalhistas multinacionais muitas vezes de forma não vinculante, conforme explorado neste [Parecer Jurídico](#). Muitas das disposições contêm apenas cláusulas de “melhor esforço” e são meras declarações de intenção ou permanecem vagas e envolvem apenas um baixo nível de compromisso. Por exemplo, o Artigo 7 (Comércio e Biodiversidade) do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável estabelece que as Partes devem “(a) promover o uso da CITES como um instrumento para conservação e uso sustentável da biodiversidade” em vez de implementar efetivamente a respectiva Convenção.

O capítulo de sustentabilidade inclui alguns compromissos com a “implementação efetiva” de acordos ambientais multilaterais, incluindo a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. Como pode ser visto nas perguntas e respostas legais do [Greenpeace sobre o ALC](#), no capítulo do acordo UE-Mercosul sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável, o Artigo 6.2 (a) compromete cada Parte a “implementar efetivamente a UNFCCC e o Acordo de Paris estabelecido sob ele”, mas esta disposição não tem nenhum mecanismo para aplicá-la de forma significativa, já que todo o capítulo não é executável sob o restante do mecanismo de resolução de disputas do acordo.

Conforme explica o [Parecer Jurídico](#), as disputas relativas às disposições sobre comércio e desenvolvimento sustentável são iniciadas por meio de consultas e podem envolver a constituição de um painel de especialistas que emita um relatório com recomendações para as partes considerarem. No entanto, não é possível recorrer a sanções comerciais em caso de violação de compromissos por parte de uma das partes no âmbito do procedimento normal de resolução de litígios do acordo.

Conforme descrito neste estudo conjunto do [Greenpeace, CIDSE, Misereor e FASE](#), essa fraqueza tem consequências práticas. Por exemplo, embora seja cientificamente irrefutável que cultivar soja no Mercosul e importá-la para a UE põe em risco a biodiversidade e o clima, o acordo comercial não permite a imposição de restrições comerciais nem na UE nem no Mercosul. Em sua forma atual, o acordo nem mesmo contém um caminho de saída das relações comerciais prejudiciais ao meio ambiente existentes.

Análise falha dos impactos do negócio na sustentabilidade

A Comissão Europeia frequentemente se envolve em negociações comerciais muito antes de a Avaliação de Impacto de Sustentabilidade relevante do acordo proposto ter sido finalizada, conforme explicado neste [estudo que revisou tais avaliações](#). No caso do acordo UE-Mercosul, a Comissão Europeia chegou a concluir as negociações comerciais em 2019, enquanto a avaliação de sustentabilidade só foi finalizada mais de um ano e meio depois, mostrando que era improvável que suas conclusões fossem levadas em consideração e abordadas nas negociações. O Provedor de Justiça da UE considerou mesmo que a falha da Comissão em garantir que a avaliação do impacto da sustentabilidade do acordo UE-Mercosul fosse finalizada em tempo útil constituía má administração.

Além do timing errado, [uma análise das avaliações de impacto de sustentabilidade da Comissão Europeia](#) também encontrou várias falhas no que diz respeito à qualidade dessas avaliações, concluindo que há pouca padronização quando se trata da análise de impactos que não podem ser facilmente modelados, como sobre desmatamento, perda de biodiversidade e direitos humanos. Isso geralmente leva a uma análise superficial desses impactos potenciais. Este também é o caso com relação à avaliação de impacto sobre o acordo UE-Mercosul. Por exemplo, essa avaliação de impacto nem sequer analisou as consequências que o acordo poderia ter sobre a biodiversidade. A ausência de tal análise não condiz com o impacto negativo particularmente alto que se pode esperar deste acordo sobre a biodiversidade, devido, por um lado, às particularidades dos biomas e ecossistemas presentes nos países do Mercosul; e, por outro lado, a importância dada neste acordo aos produtos agrícolas suscetíveis de afetar a biodiversidade.

Uma lacuna crucial adicional encontrada pelos pesquisadores é que os impactos nas mudanças climáticas são consistentemente subestimados, já que as avaliações - incluindo aquela referente ao acordo UE-Mercosul - não levam em consideração as emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao transporte internacional, uso da terra ou sua mudança. A não consideração dessa fonte de emissões é ainda mais problemática quando ela é uma fonte importante para alguns países como o Brasil, e as implicações climáticas relacionadas à mudança do uso da terra para o acordo UE-Mercosul em particular são enormes, dado o esperado aumento da agricultura, especialmente carne, cana-de-açúcar e produção de soja que o acordo acarretaria e os consequentes riscos de desmatamento.

Opções para um acordo

UE-Mercosul aceitável

Este parecer jurídico da Dr. Hoffmann e do Prof. Dr. Krajewski, encomendado pelo Greenpeace e pelo CIDSE, considera as várias opções para melhorar o acordo que atualmente circula no discurso político. Segundo os acadêmicos, uma mera declaração de interpretação ao Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável não seria útil, uma vez que não poderia alterar os padrões e não estabeleceria um mecanismo de execução vinculante. Um protocolo/acordo separado que implemente mudanças no Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável – no que diz respeito à sua substância, procedimento ou ambos os aspectos –, por outro lado, poderia produzir contradições se não for formulado com precisão suficiente. Além disso, poderia produzir incoerência entre as diversas cláusulas dos acordos.

Portanto, os autores concluem que a única opção confiável para um acordo comercial orientado para o clima e os direitos humanos entre a UE e o Mercosul seria uma renegociação completa. Ao fornecer recomendações detalhadas para um capítulo de sustentabilidade aprimorado com obrigações vinculativas e um sistema eficaz de solução de controvérsias, o parecer jurídico argumenta que mesmo o melhor capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável sozinho não garante a sustentabilidade do acordo.

Estabelecer cláusulas de desenvolvimento sustentável em um capítulo fechado sem integrar as obrigações de desenvolvimento sustentável das Partes em outros capítulos do Acordo de Livre Comércio não é suficiente, explicam os especialistas. Uma abordagem abrangente precisa levar em consideração todos os detalhes do tratado. Os requisitos de proteção trabalhista, ambiental e de direitos humanos devem ser integrados ao longo do texto de todo o acordo. Os especialistas jurídicos recomendam que as partes do tratado avaliem o conteúdo dos outros capítulos além do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável e considerem renegociações para garantir a sustentabilidade de todos os capítulos. O acordo UE-Mercosul só poderia ser um tratado sustentável se todos os capítulos passassem por uma renegociação que tocasse nos aspectos de sustentabilidade.

Escrutínio democrático:

a “divisão” da Comissão da UE explicada

A Comissão Europeia está atualmente considerando mudar o processo de votação para o acordo UE-Mercosul. Como explica esta Declaração Aberta do Greenpeace e mais de 200 outras organizações, essa chamada tentativa de “divisão” da Comissão Europeia significaria que o pilar comercial do acordo UE-Mercosul seria adotado sem exigir o consentimento de todos os Estados Membros da UE dentro o Conselho da UE, e sem exigir qualquer tipo de ratificação nacional. Isso seria um ataque à democracia e um afastamento severo das regras de tomada de decisões comerciais e práticas atuais pelas quais os acordos de associação são aprovados por unanimidade pelos governos da UE, bem como pela maioria no Parlamento Europeu e por todos os parlamentos em nível nacional.

Para o acordo UE-Mercosul, essa divisão contornaria a oposição dos parlamentos da Áustria, Holanda, Valônia e Bruxelas, já que sua aprovação não seria mais necessária. O mesmo vale para as atuais posições do governo, como os franceses, afirmando que não podem ratificar o acordo UE-Mercosul em sua forma atual por causa de seus impactos negativos na sustentabilidade – eles não teriam mais poder de veto no Conselho da UE.

No que diz respeito a esta possível divisão, os juristas neste Parecer Jurídico também confirmam que o mandato de negociação original de 1999 dado pelo Conselho à Comissão Europeia fala de um acordo de associação e o Conselho de Relações Exteriores da UE em 2018 novamente confirmou explicitamente que o acordo é um misto. Uma decisão de dividir o acordo estaria, portanto, em contradição com a opinião do Conselho, mas os efeitos jurídicos desse desvio não são claros. Uma cisão do acordo também enfraqueceria a parte da cooperação política que só seria ratificada muito mais tarde, ou nunca, dizem os juristas. Além disso, um acordo comercial dividido não incluiria nenhuma referência aos direitos humanos ou à proteção dos direitos humanos, pois o capítulo de sustentabilidade da parte comercial não inclui tais cláusulas. É por isso que os juristas consideram que uma cisão representaria uma ameaça ao desenvolvimento sustentável no contexto atual.

Conclusão e demandas

Conforme descrito neste briefing e em extensos estudos e relatórios do Greenpeace, um repensar urgente sobre o acordo comercial UE-Mercosul é absolutamente necessário. Sem um repensar radical, o acordo levará à destruição contínua da Amazônia e de outros ecossistemas vitais, acelerando as crises do clima e da natureza.

O presidente Lula manifestou preocupação com o acordo. Em seu discurso de vitória, ele enfatizou que quer um comércio mais justo e não está interessado em acordos comerciais que condenem o Brasil ao “eterno papel de exportador de commodities e matérias-primas”. Ao longo de sua campanha eleitoral, Lula indicou que quer renegociar o texto com a UE.

Mas realmente consertar o acordo exigiria uma enorme revisão. Para proteger a natureza, o clima e os direitos humanos dos povos indígenas, a UE e os países do Mercosul precisam virar o acordo de cabeça para baixo e colocar as preocupações ambientais e sociais no centro. A atual intenção da Comissão Europeia de abordar as brechas de sustentabilidade do acordo UE-Mercosul por meio de um “instrumento adicional” de natureza interpretativa é um processo fraudulento, incapaz de corrigir as graves deficiências do acordo.

Conforme argumentado pelos ativistas do Greenpeace Brasil e do Greenpeace Alemanha [neste blog](#), uma renegociação completa do texto UE-Mercosul é necessária se os tomadores de decisão levarem a sério o comércio sustentável. A hora de agir para proteger a natureza e o clima é agora: os formuladores de políticas de ambos os lados do Atlântico devem rejeitar qualquer acordo UE-Mercosul que estimule a destruição de florestas e ecossistemas e vá contra a transição socioecológica de que precisamos urgentemente.

Todas as publicações do Greenpeace sobre o acordo UE-Mercosul (Inglês/Português)

O que a vitória de Lula no Brasil deve significar para o acordo comercial UE-Mercosul, 2022 (Inglês)

<https://www.greenpeace.org/eu-unit/issues/climate-energy/46449/what-lulas-victory-in-brazil-should-mean-for-the-eu-mercosur-trade-deal/>

Análise crítica: as avaliações de impacto de sustentabilidade da Comissão Europeia, 2022 (Inglês)

<https://www.greenpeace.org/eu-unit/issues/nature-food/46205/critical-review-of-sustainability-impact-assessments-for-eu-trade-deals/>

Parecer jurídico e propostas relativas a uma possível melhoria ou renegociação do projeto de Acordo de Associação UE-Mercosul, por Dr Hoffmann e Prof Dr. Krajewski, 2021 (Inglês)

https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2021/05/Legal-Opinion-EU-Mercosur_EN_final.pdf

Acordo UE-Mercosul: Ameaça para Proteção do Clima e dos Direitos Humanos, por Thomas Fritz, 2020 (Português)

https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Relatorio_Acordo_Mercosul_UE_Out2020.pdf?ga=2.206348499.1582676806.1670848229-1879675582.1634580732

Destruidor de mitos UE-Mercosul, 2020 (Inglês)

<https://www.greenpeace.org/eu-unit/issues/democracy-europe/45118/eu-mercosur-mythbuster/>

Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul, Perguntas e Respostas Jurídicas, 2020 (Inglês)

https://www.greenpeace.de/sites/default/files/publications/eu-mercosur_free_trade_agreement_legal_qa_greenpeace_june_2020.pdf

UE-Mercosul: Padrões duplos sobre agrotóxicos, 2020 (Inglês)

https://www.greenpeace.de/publikationen/eu_mercosur_double_standards_concerning_agrotoxics_2020.pdf

Livre UE-Mercosul acordo comercial: uma análise crítica e uma alternativa (Portugues)

<https://handelanders.nl/wp-content/uploads/2022/02/Portuguese.pdf>